

HABEAS CORPUS Nº 501.276 - SC (2019/0088753-4)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : GABRIEL BELLOTTI CARVALHO E OUTROS
ADVOGADOS : RICARDO HASSON SAYEG - SP108332
RODRIGO RICHTER VENTUROLE - SP236195
MÁRCIO ROBERTO HASSON SAYEG - SP299945
GABRIEL BELLOTTI CARVALHO - SP423490
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : JOSE MARIO LIMONTE FILHO (PRESO)
PACIENTE : MARCO ANTONIO PEREIRA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de **JOSE MARIO LIMONTE FILHO** e **MARCO ANTONIO PEREIRA**, em que se aponta como autoridade coatora Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, que indeferiu o pedido de medida liminar veiculado no *writ* originário.

Colhe-se dos autos que os pacientes tiveram a prisão preventiva decretada por supostamente integrarem organização criminosa especializada em furto/roubo de cargas.

Neste *writ*, os impetrantes sustentam, em síntese, que: **a)** os pacientes não possuem qualquer relação com os crimes, sendo que "o único depósito na conta do paciente José Mário é de nove mil reais" (e-STJ, fls. 11-12); **b)** não estão presentes os requisitos autorizadores da prisão preventiva, previstos no art. 312 do CPP; **c)** é suficiente a imposição de medidas cautelares diversas da prisão; **d)** os pacientes, "em mais de 25 (vinte e cinco) anos de efetivo exercício da atividade policial, nunca tiveram uma anotação em suas fichas funcionais" (e-STJ, fl. 6); **e)** não há "contemporaneidade dos fatos" (e-STJ, fl. 16).

Pleiteiam a revogação das prisões preventivas ou a substituição delas por medidas cautelares diversas.

É o relatório.

A concessão de liminar em *habeas corpus* constitui medida excepcional, uma vez que somente pode ser deferida quando demonstrado, de modo claro e indiscutível, ilegalidade no ato judicial impugnado.

Na espécie, sem qualquer adiantamento do mérito da demanda, não vislumbro, ao menos neste instante, a presença de pressuposto autorizativo da concessão da tutela de urgência pretendida.

Assim, **indefiro** o pedido de liminar.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo da Vara Criminal da Comarca de São Francisco do Sul/SC, bem como a senha de acesso para consulta ao processo, se houver, a serem prestadas preferencialmente por malote digital.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer. Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS

Relator

